

IDENTIDADE PESSOAL E NOMES PRÓPRIOS

Alex Lara¹

RESUMO: Abordagens filosóficas sobre a noção de identidade pessoal costumam contestar nossa visão ordinária sobre os conceitos de pessoa e de identidade pessoal. O objetivo dessa comunicação é justificar a importância da visão do senso comum para a noção de identidade pessoal. Pelo menos um elemento importante da tensão entre os dois modos de compreender a questão é pouco prezado pela análise filosófica, a saber, a relação entre a identidade pessoal e os nomes próprios. Farei uma breve análise da importância do conceito de nomes próprios para a compreensão da identidade pessoal a partir da teoria da referência de Saul Kripke. A seguir, repercutirei as consequências dessa teoria no interior da discussão sobre identidade pessoal, tal como evidenciada tanto por teorias analíticas quanto por aquelas que entendem a identidade como a construção de uma narrativa. Para tanto, apresento uma variante do paradoxo de Teseu, de maneira a problematizar alguns critérios importantes para a reidentificação de particulares. Por fim, apresento respostas que respondem aos paradoxos gerados na identificação de pessoas. Concluo oferecendo algumas razões para não aceitarmos as consequências da tese parfitiana, especialmente no que diz respeito ao modo ordinário pelo qual atribuímos e relacionamos identidade pessoal e nomes próprios.

Palavras-chave: Nomes Próprios; Identidade Pessoal; Filosofia Analítica; Senso Comum.

ABSTRACT: Philosophical approaches to the notion of personal identity often challenge our ordinary view of the concepts of person and personal identity. I aim to understand how much the name (social feature) can be important for the definition and maintenance of gender identities (psychological feature) and sexual identities (biological feature). I analyze briefly the importance of the concept of proper names for the understanding of personal identity from Saul Kripke's theory of reference. Then I reflect the consequences of this theory within the discussion of personal identity, offering a variant of the paradox of Theseus, in order to problematize some important criteria for the re-identification of individuals. Finally, I present responses to the paradoxes of identifying persons. I conclude by offering some reasons to decline the consequences of the Parfitian thesis.

Keywords: Proper Names; Personal Identity; Analytic Philosophy; Common Sense.

1. Introdução

¹ Doutorando em Filosofia pela UFMG. Professor EBTT do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

Abordagens filosóficas sobre a noção de identidade pessoal costumam contestar nossa visão ordinária sobre os conceitos de pessoa, de identidade e de identidade pessoal. O incômodo dos filósofos deriva do fato de que, para o senso comum, a questão da identidade pessoal não possui muita relevância. Eles alegam que ignoramos, o mais de nossas vidas, aquilo que de fato importa na identidade pessoal, quer seja a sobrevivência, a responsabilidade moral, a preocupação consigo ou a expectativa da compensação².

O reconhecimento de uma mesma consciência em diferentes momentos e a sincronização temporal entre os elementos físicos de um corpo parecem ser os critérios necessários para a produção de uma pessoa, ou melhor, de uma subjetividade que sobrevive no tempo. A garantia da extensão desta continuidade pode justificar a preocupação que *deveríamos* ter com os outros e com o nosso próprio futuro. A questão não é a de fazer planos para o futuro, fato corriqueiro, mas a de se certificar que é a mesma pessoa a que planeja e a que executa o plano. Insistentemente ignorados pelo senso comum, esses aspectos parecem reger, no entanto, a nossa compreensão de mundo, a partir da qual formamos princípios para agir e fazer escolhas. Em que pese a censura dos filósofos, algumas abordagens procuram se reconciliar com a visão comum de mundo após terem realizado uma análise filosófica profunda. David Lewis, por exemplo, pretende mostrar que é falsa a dicotomia entre a resposta trivial do senso comum, segundo a qual o que importa na identidade é a sua manutenção em termos de sobrevivência, e a resposta filosófica, segundo a qual o que importa é a conectividade e a continuidade mentais³. Derek Parfit argumenta que as respostas são incompatíveis e propõe uma revisão de nossas crenças sobre identidade pessoal a partir das consequências de sua investigação filosófica. Essa reconciliação é vista como algo libertador⁴. John Perry analisa o nosso esquema de pensamento, ou seja, o modo determinado como pensamos, em particular, o conceito de pessoa, para esclarecer teses filosóficas obscuras⁵. E Marya Schechtman responde as questões a partir de uma teoria narrativa da existência do sujeito, que inclui a descrição de suas características ordinárias e psicológicas⁶.

² SCHECHTMAN. *The Constitution of Selves*, p. 149ss.

³ LEWIS. *Survival and Identity*, p. 18.

⁴ PARFIT. *Reasons and Persons*, p. 281.

⁵ PERRY. *The Importance of Being Identical*, p. 89.

⁶ SCHECHTMAN. *The Constitution of Selves*, p. 9.

A diferença entre as perspectivas se inicia pelo essencial: a partir da decisão sobre quais são as condições necessárias e suficientes para uma pessoa se identificar, se reidentificar e se diferenciar das outras. Os critérios variam de uma perspectiva metafísica, que coloca a questão da identidade pessoal em termos de identidade entre os estágios da pessoa, até uma perspectiva semântica e epistemológica, que leva em consideração o significado e a autodescrição. Essa variação ocorre por causa das diferentes ênfases e metodologias filosóficas. Por um lado, pode-se analisar a questão de maneira distintiva, perguntando-se em que a classe de pessoas se distingue das classes de robôs, golfinhos, marcianos, zumbis, etc. Por outro lado, podem ser enfatizados os critérios lógicos ou existenciais para diferenciação (numérica) e reidentificação (temporal) de indivíduos. Pode-se perguntar, ainda, pela característica essencial de uma pessoa ou qual é a predicação que a define⁷.

Devido à difusão do debate, meu recorte selecionará abordagens que privilegiam a relação entre os nomes próprios e a identidade pessoal. O que me motivou nessa pesquisa foi uma mudança comportamental da sociedade contemporânea: a de compreender a identidade de gênero como uma expressão de liberdade e de dignidade da pessoa humana. Essa é, portanto, uma breve exposição filosófica que antecipadamente pode ser colocada em termos simples: o quanto o nome (aspecto social) pode ser importante para a definição e manutenção das identidades de gênero (aspecto psicológico) e sexual (aspecto biológico). Para tentar respondê-la, na próxima seção, faço uma breve análise da importância do conceito de nomes próprios para a compreensão da identidade pessoal a partir da teoria da referência de Saul Kripke. A seguir, repercuto as consequências dessa teoria no interior da discussão sobre identidade pessoal, tal como evidenciada pela filosofia contemporânea. Na seção 3, ofereço uma variante do paradoxo de Teseu, de maneira a problematizar alguns critérios importantes para a reidentificação de particulares. Por fim, apresento as teses principais de Parfit que pretendem responder aos paradoxos gerados na identificação de pessoas. Concluo dando algumas razões para não aceitarmos as consequências da tese parfitiana, especialmente no que diz respeito ao modo ordinário pelo qual atribuímos e relacionamos identidade pessoal e nomes próprios.

⁷ RORTY. *The identities of Persons*, p. 1-2.

2. Identidade Pessoal e Nomes Próprios

Assumo o pressuposto de que a nomeação (refiro-me ao ritual de nomear um ser humano) é uma atividade primitiva extensiva às diversas culturas. É claro que as regras de nomeação variam. Em alguns casos, o nome deriva de algum tipo de ancestralidade parental, em outros, a nomeação depende de um evento frequente (como o dia de um santo). Uma vez que o meu interesse é a relação entre identidade pessoal e os nomes próprios, tais como os percebemos e utilizamos, falarei sobre nós mesmos.

No Brasil, após o nascimento da filha, para efeito legal, o pai comparece ao cartório para registrar a efeméride munido de um atestado fornecido pela maternidade. Nele constam a data e a hora do nascimento, o tamanho e o peso do recém-nascido, além da assinatura firmada pelo obstetra. Ali o médico assegurava o sucesso da docimásima pulmonar, determinando hora e minuto do parto. A única informação adicional que exigem ao pai é um nome: Beatriz, Macabeia, Alice, qualquer nome apropriado para designar a diferença daquela criança para as outras, do berçário ao funeral e, para além-túmulo, por um bom tempo na memória de seus conhecidos. Para os efeitos adequados, conclui o senhor do cartório, o nome da menina é também a sua identificação.

Adultos em geral, não menos que crianças, conhecem e reconhecem pessoas através de seus nomes próprios. Uma resposta satisfatória para a pergunta “*quem é aquela criança?*” é a enunciação de seu nome. Em parte porque, na linguagem natural, o nome ocupa a posição de sujeito ao qual costumamos atribuir predicções: Alice é uma criança curiosa e arteira, Alice é filha de Fulano, Alice é autora desse desenho, Alice gosta de balé, Alice não gosta mais de balé, Alice está com dúvidas e não sabe se gosta ou desgosta do balé, etc. Apesar dos distintos usos, o que nos faz fixar a referência *pode ser* a cadeia histórica, causal e comunicacional percorrida pelo nome⁸. Sendo assim, reconhecemos que Alice não gosta *mais* de balé porque recentemente ela se afeiçoou ao teatro e quer ser atriz. Saber disso pressupõe a competência de etiquetar as duas ocorrências com o mesmo nome, destacando a conexão causal entre os diferentes usos.

A propósito, recentemente eu tive um curioso diálogo com Alice, minha filha. Eu lhe perguntei:

- Quem é esse bebê na foto? - Ao que ela me respondeu:

⁸ KRIPKE. *Naming and Necessity*, p. 91.

- Sou eu, papai. - Eu retruquei argumentando que ela não era um bebê tão fofinho como o da foto. Então o que a fazia pensar ser a *mesma* pessoa da foto? Qual não foi a sua tréplica, quase desesperada:

- Ela e eu somos a *mesma* Alice, não vê? Os mesmos olhos, a mesma careta, a mesma cor de pele. Ela e eu somos a mesma, só que essa outra Alice da foto é menor, tem menos cabelo e sabe menos coisas. Ela não sabe, por exemplo, que eu sou ela. E como poderia saber!?

Ser a mesma pessoa envolve um fato biológico, que implica um fato de costume e um fato de direito. A manutenção de um corpo, em que pesem o desgaste natural e a renovação celular, é o fator biológico com o qual cada pessoa deve se acostumar. Acostumar-se com as limitações de um corpo corresponde a aprender a agir no mundo: balbuciar, acompanhar com os olhos, apontar e engatinhar são ações limítrofes para o corpo de uma criança pequena que deseja apanhar o seu brinquedo favorito. Os diferentes modos de apanhá-lo são restritos pelo modo como nosso corpo é capaz de se retroalimentar das informações do entorno. Balbuciar e acompanhar com os olhos talvez não sejam ações tão eficazes quando o mesmo corpo pode engatinhar até o objeto de desejo.

Crianças com menos de um ano podem se assustar quando confrontadas com o espelho. Henri Wallon descreve a ontogênese dessa experiência de imagem especular. Segundo o psicólogo, o reconhecimento da imagem de si é o ponto de referência para a criança sentir sua própria identidade, diferenciando simbolicamente a sua personalidade das demais.⁹ Nesse caso, a própria nomeação é parte de um contrato simbólico unilateral (o assim chamado batismo) outorgado pela sociedade à criança, contrato que pode fornecer as garantias legais para as experiências de autoidentificação e de reidentificação.

A componente temporal da experimentação e do aprendizado também deve ser levada em consideração. Fosse o nosso ciclo de vida tão curto quanto o das moscas, não teríamos tempo nem nos reidentificaríamos o suficiente para que acostumássemos a ser quem somos. Além disso, se nos transformássemos, a cada instante, feito amebas, restaria ainda uma decisão arbitrária e de direito acerca de quem fôramos na origem. A esse respeito, Casati & Varzi apresentam o seguinte dilema:

⁹ WALLON. Kinesthésie et image visuelle du corps propre chez l'enfant, p. 260. Esse experimento de autoconsciência é conhecido como “teste do espelho” e desde Darwin tem sido usado como argumento para demonstrar a capacidade da autoconsciência de grandes primatas.

[Nosso] mundo das Amebas é muito peculiar: é “um mundo de cinquenta por cento”. Isso porque a nossa biologia impõe que nos dividamos em duas partes, cada uma das quais reproduzindo exatamente a ameba originária. A metafísica nos constrange, pois, a escolher a estrada mais simples e considera que, com a cisão, a ameba ancestral perece e duas novas amebas vêm à luz. Qualquer outra solução resultaria sem interesse ou perfeitamente arbitrária. Portanto, a única distinção sobre a qual podemos legislar diz respeito aos nossos *nomes* (...) quando designamos as extensões dos nomes, o fazemos do único modo que o nosso mundo de cinquenta por cento nos concede, isto é, confiando no lance de uma moeda¹⁰.

Locke houvera percebido as diferenças entre os aspectos biológicos, os fatos de costume e de direito. Para resolver o imbróglio, ele operou uma distinção entre o conceito de pessoa, isto é, “um ser inteligente pensante que possui raciocínio e reflexão”¹¹, e os conceitos de substância e de homem, isto é, “a comunhão da mesma vida contínua através de partículas contínuas e transitórias de matéria, que numa sucessão estão unidas na vitalidade ao mesmo corpo organizado”¹². Para Locke,

pessoa é o nome para este eu. Onde quer que o homem encontre o que ele denomina como ele próprio (...) um outro homem pode dizer que é a mesma pessoa. É um termo forense que adequa as ações ao seu mérito e, portanto, pertence apenas aos seres inteligentes, capazes de uma lei e da felicidade e do sofrimento¹³.

Locke se referia sobretudo à questão da reidentificação de indivíduos, pois o *mérito das ações* de um sujeito no tempo passado deveria ser atribuído, para gerar a responsabilização, ao sujeito no tempo futuro. Entre o critério físico de homem e o critério raciocinativo de pessoa, Locke considera o nome como seu fixador referencial. É fundamental a capacidade de raciocinar e conectar mentalmente duas experiências. Isso explica o desespero da menina, pois a Alice atual sabe ser a Alice de outrora – e sabe o que a pequenina ignora.

Nomes próprios são mesmo expressões referenciais paradigmáticas. Quando alguém me pergunta “quem é você?”, respondo-lhe logo o meu nome: “Alex”. Dependendo do contexto de enunciação, a resposta pode exigir algo mais, isto é, algo que se atribua a meu nome. Assim, se eu estiver entrando numa sala da Faculdade de

¹⁰ CASATI & VARZI. *Simplicidades insolúveis*, p. 95.

¹¹ LOCKE. *Ensaio sobre o entendimento humano*, p. 443.

¹² LOCKE. *Ensaio sobre o entendimento humano*, p. 438.

¹³ LOCKE. *Ensaio sobre o entendimento humano*, p. 458. *Grifo nosso*.

Ciências Humanas, poderia responder: “sou um estudante de filosofia”. Caso estivesse numa reunião de pais e todos soubessem o nome do pai da Alice, mas não soubessem que eu sou o pai da menina, bastaria dizer “sou o pai da Alice” para que todos inferissem meu nome e, quem sabe, algumas qualidades minhas. Dito de outro modo, a enunciação do nome é o bastante para que todos infiram quem é o seu portador (ponto de vista do senso comum) ou que há continuidade entre mim e a propriedade “ser pai de Alice” (ponto de vista filosófico). Contudo, essa explicação é controversa.

Alguém poderia facilmente refutar a tese que situa os nomes próprios no centro de uma teoria sobre identidade pessoal, expondo casos de homonímia, por exemplo, se houvesse outros pais com o meu nome ou outra Alice na classe. O episódio ganharia ar detetivesco caso houvesse outro pai-Alex com uma filha-Alice na mesma escola. Isso significa que as descrições “estudante de filosofia” e “pai de Alice” não são suficientes nem necessárias para assinalar indivíduos exclusivamente, uma vez que o mesmo pode estar no caso para vários indivíduos. Alguém poderia alegar, ainda, que o fato de eu me chamar Alex possa ter sido uma escolha fortuita de meus pais, um *lance de moedas*, portanto algo contingente que não cumpre o aspecto de necessidade envolvido na relação de reidentificação.

Uma saída para evitar essa crítica é considerar (o sentido) os nomes próprios em línguas naturais como disfarces de um conjunto de descrições definidas. Saul Kripke denomina essa solução de “conceitos-aglomerados” (*cluster concept*), em alusão à teoria da referência de Frege e à teoria das descrições de Russell¹⁴. Conforme a teoria, nomes próprios possuem um sentido, que é o sinônimo de uma descrição definida, assumindo a seguinte forma lógica: *existe x, tal que x é um estudante de filosofia, e para todo y, se y é pai de Alice, então y é idêntico a x*. Nesse caso, o nome é uma abreviação para um conjunto listado de descrições definidas disfarçadas. Quando a lista estiver suficientemente completa, então o nome referirá se a conjunção for verdadeira, ou seja, caso exista algum indivíduo que satisfaça toda a descrição. Claro, para os nomes vazios não há nenhum indivíduo que a satisfaça. Neste caso, diz-se que a sentença é falsa¹⁵. É necessário saber que o sentido de um nome não precisa ser algo que compreenda integralmente uma pessoa particular. Duas descrições podem apresentar diferentes aspectos do sentido de “Alex”, por exemplo, o homem que estuda

¹⁴ KRIPKE. *Naming and Necessity*, p. 30ss.

¹⁵ MARTINS. Metaficção e ceticismo: uma análise da abordagem analítica ao problema do discurso ficcional, p. 45-46.

filosofia pode ser idêntico ao homem que é o pai da Alice. Quer-se dizer que basta existir um conjunto de descrições definidas a partir das quais referimos ao indivíduo. E que essa descrição deve satisfazer a maioria ou as propriedades mais importantes da descrição.

Segundo Kripke, porém, as propriedades por si mesmas também não apresentam o caráter essencial e necessário pretendido, na medida em que podemos imaginar, contrafactualmente, uma situação ou um mundo possível em que a pessoa assinalada tenha características diferentes e até opostas. Além disso, uma teoria da referência descritivista sobre a identidade pessoal se compromete com uma visão determinista da história¹⁶. Se as características definidoras de Karol Wojtyła são a bondade e a diplomacia (por isso, fora ele consagrado Papa), podemos imaginar uma situação em que Karol tenha reações constantes de austeridade e intransigência, qualidades pelas quais poderia ter sido consagrado Papa no último quarto do século XX, adotando “Bento XVI” como seu nome papal. Isso significa que, para qualquer descrição, mesmo que o conjunto descritivo seja aceito pela maioria das pessoas, Wojtyła poderia não satisfazê-la.

Marya Schechtman avalia a questão sob outro viés. A filósofa diferencia a questão da reidentificação, aquilo que faz uma pessoa ser a mesma em diferentes momentos, da questão da caracterização, isto é, os aspectos psicológicos relevantes (crenças, valores, desejos, intenções, etc.) que pertencem ou são projetadas a alguém. A resposta à pergunta “quem é você” deve determinar as características essenciais que constituem a sua identidade, em diferentes tempos, conforme os quatro atributos mencionados anteriormente, quais sejam, a sobrevivência, a responsabilidade moral, a preocupação consigo e a compensação futura. A tese de Schechtman apela ao aglomerado conceitual de características psicológicas essenciais para a constituição da identidade pessoal.¹⁷ As projeções de si podem assumir a forma ficcional de construção narrativa. Nesse caso, a autobiografia é o modelo para a identificação pessoal. Contudo, o apelo à ficção, em cuja categoria os nomes próprios não parecem referir, revela que o ato da autoidentificação pode ser um ato de autoengano. Os memorialistas de Machado de Assis (Brás Cubas, Dom Casmurro e Aires) não são Machado de Assis, embora

¹⁶ KRIPKE. *Naming and Necessity*, p. 53, 61 e 74. As situações contrafactuais (características diferentes, opostas e historicamente conflitantes) são exemplificadas, respectivamente, nos casos de Richard Nixon, Aristóteles e Carlyle. Vale notar que o argumento contrafactual não é válido para todas as propriedades, p. ex., “ser filho de outros pais” ou “não ser humano”.

¹⁷ SCHECHTMAN. *The Constitution of Selves*, p. 69.

alguém pudesse relacionar aspectos das vidas dos narradores e do autor empírico. Nem mesmo memorialistas de monta como Joaquim Nabuco e Pedro Nava escapam da estetização e do falseamento de suas narrativas pessoais.

Segundo a teoria kripkiana da referência, nomes próprios não possuem sentido (*meaning*), embora possuam um referente: a pessoa ou o objeto designado. Os nomes próprios têm a ver com as propriedades que podem ser necessariamente verdadeiras ou não em relação ao referente. Nesse caso, o teste crucial é construído em situações contrafactuais¹⁸. Além disso, nomes próprios funcionam semanticamente como designadores rígidos, isto é, eles designam em todos os estados de coisa possíveis, desde que a avaliação seja feita a partir das condições do estado de coisas atual. Ao contestar a tese que relaciona descrições ou características psicológicas àquilo que determina a identidade pessoal, Kripke acredita que representações mentais não possuem nenhum papel semântico na determinação das condições de verdade dos nomes próprios, ou seja, sua estrutura conceitual é preterida pela cadeia causal relevante que relaciona os nomes diretamente aos indivíduos designados. Há que se pressupor que o rito de nomear pessoas e lhes conferir alguma identidade constitui um fato primitivo. A seguir, testamos a teoria causal de Kripke a partir de uma variação do paradoxo da duplicação.

3. O paradoxo Maverick

Robert Nozick acredita que a confusão ou o conflito sobre o conceito de identidade em nosso esquema conceitual deriva de dois princípios gerais que norteiam a discussão desde o artigo de Bernard Williams (1970), “The Self and the Future”, onde se estabelecem o Princípio das Relações Intrínsecas, segundo o qual a identidade entre dois entes depende apenas das relações que eles mantêm entre si, e o Princípio da Indecidibilidade, segundo o qual a mera possibilidade de existência ou intervenção de outro ente naquela relação inicial implica em aporia sobre a atribuição da identidade¹⁹. Bernard Williams tratava de uma questão Metafísica sobre os fundamentos da relação de identidade, cuja questão central era saber como essa relação pode ser mantida levando-

¹⁸ “The facts that “the teacher of Alexander” is capable of scope distinctions in modal contexts and that it is not a rigid designator are both illustrated when one observes that the teacher of Alexander might not have taught Alexander (and, in such circumstances, would not have been the teacher of Alexander). On the other hand, it is not true that Aristotle might not have been Aristotle (...) Further, although under certain circumstances Aristotle would not have taught Alexander, these are not circumstances under which he would not have been Aristotle” (KRIPKE. *Naming and Necessity*, p. 346, n. 25).

¹⁹ NOZICK. *Philosophical Explanations*, p. 31.

se em conta as devidas mudanças (nas propriedades e no tempo)²⁰. Dito de outro modo, tratava-se de estabelecer quais eram as condições para a manutenção da identidade e em que consistia essa relação. Nozick modifica o foco da discussão, passando a tratar o problema através de um aparato epistemológico: não se trata de decidir *o que é* o ente que subjaz à mudança, mas de definir em quais condições estamos aptos a *discernir* o melhor critério para fixação da identidade em casos específicos²¹.

A estratégia de Nozick consiste em arquitetar um modelo que organiza e esclarece as ambiguidades conceituais envolvidas na identidade pessoal. Ele propõe a teoria do Contínuo mais Próximo (CP), que oferece condições para arbitramos e decidirmos, entre os candidatos, aquele que mantém a identidade com o ente original antes da bifurcação, isto é, antes de um indivíduo no tempo passado se dividir em dois possíveis *eus*. Se a CP instancia a identidade em casos de bifurcação, ou seja, se estamos epistemologicamente aptos a realizar tal discernimento, então o Princípio da Indecidibilidade não prevalece sobre todos os casos. Se a identidade entre dois entes é mantida independentemente de haver uma interferência externa por outro ente, tampouco pode ser válido o Princípio das Relações Intrínsecas²².

Consideremos a seguinte variação do paradoxo do Barco de Teseu. No Brasil do tricampeonato mundial de futebol, um dos carros mais desejados era o Ford Maverick GT. Ainda hoje é um dos carros de rua (sem tunagem) de maior potência. Apesar da exuberância e da potência de seu motor V8 com mais de 200 cavalos de potência, o Maverick tinha o inconveniente de ser um carro pesado, com poucas e dispendiosas peças de reposição no mercado. Além disso, o motor importado estava superdimensionado em relação ao conjunto mecânico do carro. Para agravar a situação, a crise do petróleo de 1977 levou a Ford a reduzir o tamanho e a potência de seus motores, o que interferiu decisivamente em quase todas as outras peças do carro. Não era raro encontrar GTs fabricados em 1973 com quase todas as suas partes substituídas dez anos depois. As peças dos Mavericks originais ficavam empilhadas nos ferros velhos ou nas oficinas mecânicas.

Não é difícil imaginar um cenário em que alguém tenha modificado seu Maverick por completo, peça a peça, ao longo de uma década, guardando o sobressalente em seu quintal. Não teríamos motivo para dizer que, durante as

²⁰ WILLIAMS. *The self and the future*, p. 179.

²¹ NOZICK. *Philosophical Explanations*, p. 37ss.

²² NOZICK. *Philosophical Explanations*, p. 32.

modificações, esse carro deixara de ser um Maverick GT, uma vez que a própria fábrica realizou sucessivas modificações na estrutura da máquina. Talvez ele não fosse mais o *mesmo* carro num sentido bastante vago. Algumas propriedades acidentais não estavam mais presentes, por exemplo, a potência, a tintura, a silhueta, o sistema de injeção, o bloco de engrenagens etc.

Podemos enriquecer o nosso cenário e imaginar que, ao reunir as peças sobressalentes em seu quintal, o dono do Maverick tivesse duplicado seus bens automotivos. Nossas intuições fraquejam se a partir delas buscássemos respostas para as seguintes perguntas: qual é o carro original? Se o carro que foi modificado ao longo da década desaparecesse repentinamente, isso influencia na decisão? Por quê? Em qual momento este Maverick deixou de ser o original e em qual momento o Maverick feito de peças sobressalentes passou a ser o original? Enfim, poderíamos ter dúvidas metafísicas sobre quais são as propriedades necessárias para um artefato manter-se idêntico.

A abordagem de Willians toma como condição necessária a continuidade física ou espaço-temporal que, em alguns contextos, é insuficiente para responder a essas indagações. Ao invés de oferecer um critério decisivo, a CP faz a medição entre as propriedades relevantes em cada caso e para cada fator envolvido na relação de identidade, observadas as seguintes condições:

(1) O esquema CP precisa se adequar a nossas intuições e julgamentos ordinários e simples, que devem refletir implicitamente o peso de cada critério²³.

(2) Como sugere a nomenclatura, quanto mais próximo do ente original, pesados os critérios dimensionáveis e relevantes ao caso, maior a chance da atribuição da identidade²⁴.

(3) Deve haver vínculo causal entre as propriedades qualitativas do ente em seus diversos estágios espaciais ou temporais, independente da continuidade destas propriedades²⁵.

As condições (2) e (3) mostram que a tese funciona como um fixador referencial em casos problemáticos, instanciando a identidade no mundo atual através de um modelo causal, que busca reconciliar, conforme condição (1), nossa visão comum e a perspectiva filosófica sobre a identidade. Nos poucos casos em que isso não ocorre,

²³ NOZICK. *Philosophical Explanations*, p. 38.

²⁴ NOZICK. *Philosophical Explanations*, p. 40.

²⁵ NOZICK. *Philosophical Explanations*, p. 42.

restam-nos duas saídas: ou diminuimos a importância da identidade pessoal (e adotamos uma posição parfitiana) ou procuramos outro critério (metafísico ou arbitrário) para os casos superproblemáticos, aqueles que nem mesmo a CP oferece uma solução. Ademais, podemos estabelecer as seguintes condições:

(4) Prevalecendo o empate ou não sendo o critério suficientemente decisivo, então não há que se falar em identidade, embora se possa falar em sobrevivência e responsabilidade moral (legal) dos entes envolvidos.

(5) Os nomes próprios devem funcionar como designadores rígidos que desambigam, em última instância, o portador da identidade.

Ainda que o Maverick original tivesse sido “duplicado”, diríamos se tratar substancialmente do *mesmo* carro, pois que manteve relativa continuidade física (critérios 2 e 3). Além disso, os seus documentos indicam o vínculo causal das propriedades relevantes do carro: eles registram o *nome* do mesmo dono, o chassi, a placa, o modelo, o ano etc. Dito de outro modo, os documentos do carro funcionam tanto quanto os nomes próprios funcionam como designadores rígidos de pessoas. João Paulo II e Karol Wojtyła são a mesma pessoa mesmo que algumas propriedades accidentais (ser bondoso, diplomático, austero ou intransigente) não participem da relação causal que sustenta essa identidade. A alternativa proposta por Kripke rejeita a condição (4), colocando em seu lugar um critério filosófico *quase* arbitrário, mas adequado a nossos julgamentos ordinários.

Quase arbitrário porque nomes próprios derivam de uma descoberta empírica a serviço da linguagem natural. Quando Alice descobre seu próprio nome, ela pode estabelecer relações semânticas entre um falante e um referente, participando relevantemente de uma comunidade linguística cujo nome próprio em questão é satisfeito e atribuído unicamente a ela. Embora Alice pudesse se chamar Beatriz ou Macabeia, é evidente que usamos a menina Alice como referente atual para considerar tais possibilidades. Caso ela se duplicasse feito uma ameba, tornando ambíguo o nome de seu referente, a tese kripkiana (eu suponho) nos ofereceria uma resposta curiosa: quando a instanciação de um nome é arbitrária, tomando-se como elo primitivo da cadeia causal o registro do nome em cartório, então quem pode eliminar a ambiguidade, desde que consideradas as condições da CP, é o portador particular que iniciou a etiologia ou a história causal do nome, a saber, o seu pai. Na falta deste, sendo relevante o número de casos em que a bifurcação ocorresse, poderíamos supor ainda que a decisão, baseada numa prova genealógica, fosse proferida por um tribunal ou pelos

padrinhos ou pelos avós, etc. Alice continuaria sendo quem é, mas haverá outra pessoa, com outro nome, assim reconhecida e engajada numa comunidade linguística diferente²⁶.

4. O debate filosófico

Derek Parfit oferece uma solução deflacionária ao problema da bifurcação. Ele descreve uma situação em que os requisitos da identidade pessoal não coincidem com a relação-R (continuidade e/ou conectividade mental). Para coincidir, deveríamos acrescentar a cláusula “desde que na Relação-R não ocorra a bifurcação”²⁷. Ao fazê-lo, porém, abandonamos o princípio das relações intrínsecas, segundo o qual a identidade entre dois entes depende apenas da relação que eles travam entre si. Logo, temos que admitir que a identidade em questão dependa de fatos triviais, por exemplo, que algo banal extinga um terceiro ente intruso na relação. Parfit propõe então o abandono da noção de identidade pessoal enquanto instância que sustenta tópicos relevantes como a responsabilidade moral, a preocupação consigo, a compensação e a sobrevivência.

Vimos com a abordagem de Nozick que a ocorrência da bifurcação evidencia um conflito ou inconsistência em nosso esquema conceitual. Apesar disso, não pensamos que tais conflitos e inconsistências acarretem necessariamente o abandono da noção de identidade. O argumento de Parfit se fundamenta em casos imaginários, ficcionais e fisicamente impossíveis. Apenas a ocorrência repetida e habitual da bifurcação poderia provocar modificações significativas em nossa visão de mundo. Antes, a jurisprudência pode e deve se posicionar sobre esses novos fenômenos. As comissões de ética e a sociedade civil, também. A tese de Parfit percorre o movimento contrário, inferindo de uma suposição (a ocorrência da bifurcação) a necessidade do abandono de crenças básicas e uma mudança comportamental²⁸. Ele generaliza a condição (4), como se ela fosse uma evidência, para todos os casos, de que a relação de identidade pessoal é pouco ou nada relevante. Além disso, Parfit alega ser

²⁶ A solução é semelhante à proposta do presidente do comitê de direção do povo das amebas, no conto “O último caso do presidente das amebas”, em CASATI & VARZI. *Simplicidades insolúveis*, p. 92.

²⁷ PARFIT. *Reasons and Persons*, p. 263.

²⁸ Outro exemplo desse tipo de falácia ocorre com a questão das quase-memórias. Parfit discorre sobre um caso imaginário para concluir a necessidade de revisarmos nossa compreensão de nós mesmos ou o modo pelo qual as quase-memórias se conectam com o conceito de identidade pessoal (PARFIT. *Reasons and Persons*, p. 220-222).

irracional o apego à identidade enquanto aparato de um sujeito de experiências cuja finalidade é apenas a sobrevivência.

David Lewis apresenta uma alternativa a essa abordagem. Segundo Lewis, as respostas da filosofia e do senso comum devem caminhar juntas. Quando dizemos que o que realmente importa na sobrevivência é sobreviver, e não a relação-R, espera-se que aquele que sobrevive deva ser a mesma pessoa, ou seja, que elas possuam identidade. Tratam-se de duas reações distintas para a mesma intuição, restando ao filósofo promover a conexão entre as intuições. A discussão passa a ser sobre o modo de contar pessoas em casos problemáticos. No caso da fissão (bifurcação), o número de pessoas deve coincidir: *há* duas pessoas antes e depois da experiência. Porém, antes da fissão contamos uma pessoa. Após, contamos duas²⁹. Outro modo de explicar é dizer em T¹ que o nome João não é ambíguo e assinala um indivíduo. Em T², após a fissão, o nome João se torna ambíguo, podendo assinalar um ou outro indivíduo. Analisando retroativamente, devemos inferir que a ambiguidade já estava presente em T¹³⁰. Apesar da sofisticação, esse modo de contar é artificial. A alternativa de Lewis é tão contraintuitiva quanto a de Parfit. É como prender um gato dentro do aquário para salvá-lo de um incêndio. De qualquer modo, não o livramos da morte, assim como não salvamos, com as teses de Parfit e Lewis, nossas intuições corriqueiras sobre identidade pessoal.

De acordo com Perry, eles entendem que aquilo que importa na sobrevivência não precisa ocorrer em todo caso de sobrevivência comum. Por isso, concluem que a identidade não é o que importa na sobrevivência. O que importa na sobrevivência também pode significar o que torna um caso de sobrevivência apenas isso: um caso de sobrevivência. A identidade possui importância derivada dos relacionamentos especiais ou habituais entre os projetos de uma pessoa e aquilo que contribuirá significativamente para a sua realização:

Eu posso ter algumas relações dessas com outra pessoa, mas é incrivelmente improvável que eu tenha com outra pessoa todas as relações que eu tenho comigo. E tudo isso é, em certo sentido, não accidental, pois é uma parte da teoria-humana que os estágios H-relacionados tenham essas relações especiais em circunstâncias ordinárias, e que a relação-P seja a relação que explica isso. O que

²⁹ LEWIS. *Survival and Identity*, p. 27.

³⁰ LEWIS. *Survival and Identity*, p. 29.

essas relações especiais provavelmente mostram é parte de nosso conceito de pessoa³¹.

De acordo com Perry, teses filosóficas com resultados obscuros não devem alterar nosso esquema de pensamento. O inverso é verdadeiro, ou seja, estudar o nosso esquema de pensamento, em particular o modo como concebemos o conceito de pessoa, pode esclarecer teses filosóficas obscuras. A abordagem de Perry recorre a intuições evolucionistas sobre a constituição de nossa identidade. A origem do conceito de pessoa deriva de nossa inclinação em encontrar um objeto para a Teoria Humana, que se ajusta aos efeitos de sequências de relações-H numa escala evolutiva. As entidades que estão na relação-P são estágios de corpos-humanos, ao passo que, em condições normais, características psicológicas (personalidade, valores, caráter, etc.) se alteram gradualmente numa sequência de estágios humanos H-relacionados. Dado que a explicação da validade aproximada da teoria-humana é a relação-P, espera-se que as mesmas sequências de estágios-humanos P-relacionados (as mesmas pessoas) estejam na relação que importa. Uma das consequências dessa visão é a restrição dos efeitos da *vagueza* do conceito de pessoa a decisões linguísticas.

Desenvolvida por Kripke, a tese de que nomes próprios funcionam como designadores rígidos pode subsidiar o modelo CP na decisão sobre a identidade pessoal em casos problemáticos. Para ser mais eficiente, porém, eu defendi que a tese de Kripke precisava se ajustar a este último elemento mencionado por Perry, fornecendo uma visão mais abrangente sobre a prática social do uso de nomes sem incorrer na tese descritivista ou caracterológica.

5. Quando o senso comum importa

Uma série contínua e equivalente de posições no espaço e no tempo parece ser um bom índice prático para estabelecermos a identidade pessoal. Essa condição não responde, contudo, o que é aquele *self*, quais são os desejos, lembranças e remorsos que nenhum outro pode experimentar. Locke colocou em discussão o *self*, instaurando como condição da identidade “ter a memória de uma experiência passada”. Essa condição simples foi confutada ou refinada por filósofos contemporâneos, porque não respondia a casos problemáticos, tais como a descontinuidade (e desconectividade) mental. As

³¹ PERRY. *The Importance of Being Identical*, p. 85.

memórias do Matusalém jovem são totalmente descontinuadas e desconexas das memórias do velho Matusalém. Por outro lado, parece-nos estranho dizer que uma pessoa com grau avançado de Alzheimer deixa de ser ela mesma quando não se recordasse de si mesma.

Casos de duplicação revelam situações em que o Princípio das Relações Intrínsecas pode ser colocado em suspeição. Isso significa que tanto o critério da continuidade mental quanto o critério da continuidade espacial devem responder a paradoxos como o do Maverick. Olhar as coisas do ponto de vista parfitiano pode ser reconfortante, pois ter ao final do dia dois carros não é mau. Mas devemos lembrar das consequências éticas e forenses da situação. Segundo a teoria de Parfit, nenhum dos carros será o original. Na realidade, se a identidade não é regulada pelo princípio matemático de igualdade, a cada mudança se criava um novo automóvel, cujo resultado absurdo deveria gerar uma multidão de automóveis.

Essa discussão metafísica sobre os critérios de identidade pessoal é ostensivamente ignorada pelo senso comum. Os filósofos imaginam que a questão, mesmo que metafísica, deveria estar nos tópicos das rodas de conversa, no supermercado, no futebol, no quiosque e nos botecos. Em geral, as pessoas pensam em sobrevivência e não em critérios de identidade. Elas apenas querem ser, no futuro, as mesmas. De outro modo, não poderiam desfrutar as experiências que estão a planejar. Não basta que uma pessoa fisicamente similar as desfrute em seu lugar. Lewis, Parfit e Perry constroem teorias para diminuir o espaço dessa falha comunicativa. Mas é claro que o desinteresse do senso comum não é o bastante para decidir a relevância e a verdade das teses filosóficas.

O teste de DNA que reconhece a paternidade, dando início à cadeia causal de designação de nomes a pessoas, é um elemento que utilizamos para desambiguar casos problemáticos. Do mesmo modo, assinaturas autenticadas e os documentos do carro, quando comparados às assinaturas e ao chassi original, são os elementos de que nos utilizamos para percorrer retroativamente aquela cadeia e encontrar *a posteriori* as relações necessárias. O mesmo vale para os casos superproblemáticos, por exemplo, quando uma pessoa (viva) é dada por morta pelo Estado, exigindo-se dela a prova de que ainda está viva! A consequência da prova não é a devolução de suas características mentais ou físicas, mas de um nome, com o qual poderá requerer novamente os seus direitos civis.

Tentamos mostrar que um aspecto da identidade pessoal, a saber, o nome próprio, possui bastante relevância em práticas sociais de atribuição de identidade. Mesmo em casos superproblemáticos, como o apresentado pelo Maverick, prevalece a solução convencional que mistura os itens (1, relativo ao senso comum) e (5, relativo aos nomes próprios como designadores rígidos) da CP. A diferença é que, naquele caso, estávamos tratando de um artefato, que não pode dizer, de si mesmo, quem é. Falando de pessoas, tanto o batismo quanto o reconhecimento de um nome para o *self* são condições necessárias para a atribuição de identidade pessoal. O esclarecimento sobre o significado dos nomes próprios captura, ainda, nossas intuições comuns sobre a relação entre a identidade pessoal e as suas características gerais. Quando alguém pretende abrir uma conta no banco, registrar a sua filha, retirar um corpo no IML, aumentar a velocidade da banda-larga ou publicar artigo em revista científica, exigem-lhe mais do que o nome e o sobrenome. Exigem-lhe razões que confirmem que o nome e o sobrenome o identificam de maneira não ambígua. O gerente, o tabelião, o legista, a atendente de *telemarketing* e o revisor de revista trabalham para encontrar os nexos causais relevantes para que se possa designar univocamente o nome à pessoa. Mas não se trata apenas de estabelecer a identidade numérica. Eles são competentes quando são capazes de estabelecer o vínculo de necessidade *a posteriori*, isto é, a partir de dados empíricos. A sua atitude e o seu julgamento sobre o que é expresso pelo nome pressupõem a correção da operação metafísica de julgar a referência do nome através de situações contrafactuais.

REFERÊNCIAS

- CASATI, Roberto; VARZI, Achille. *Simplicidades insolúveis*: 39 histórias filosóficas. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- KRIPKE, Saul. *Naming and Necessity*. Cambridge: Harvard University Press, 1972.
- LEWIS, David. Survival and Identity. *The Identities of Persons*. Berkeley: University of California Press, 1976, pp. 17-40.
- LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. 2nd ed. (1694). Trad. Eduardo Abranches de Soveral. Serviço de Educação – Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- MARTINS, Alex Lara. Metaficção e ceticismo: uma análise da abordagem analítica ao problema do discurso ficcional. In: FIGUEIREDO, Vinícius; CARVALHO, Marcelo.

Filosofia contemporânea: lógica, linguagem e ciência. São Paulo: ANPOF, 2013, pp. 43-58.

NOZICK, Robert. *Philosophical Explanations*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1981.

PARFIT, Derek. *Reasons and Persons*. Oxford: Clarendon Press, 1984.

PERRY, John. The Importance of Being Identical. In: PERRY, John. *The Identities of Persons*. Berkeley: University of California Press, 1976, pp. 67-80.

RORTY, Amélie. *The identities of Persons*. Berkeley: University of California Press, 1976.

RUSSELL, Bertrand. *On Denoting*. *Mind*, New Series, v.14, n.56. Oct., 1905, pp. 479-493.

SCHECHTMAN, Marya. *The Constitution of Selves*. London: Cornell Univ. Press, 1996.

WALLON, Henri. Kinesthésie et image visuelle du corps propre chez l'enfant. *Enfance*, tome 12, n° 3-4, pp. 252-263, 1959. Disponível em: <www.persee.fr/doc/enfan_0013-7545_1959_num_12_3_1440> Acesso em: 14 abr. 2017.

WILLIAMS, Bernard. "The Self and the Future". *The Philosophical Review*, vol. 79, no 2 (April, 1970). Reimpresso em Perry (ed.), *Personal Identity*. Los Angeles and Berkeley: University of California Press, 1975, pp. 179-199.